

Os desafios educativos do século XXI

Até que ponto o século XXI pressupõe que estamos perante desafios educativos inéditos? Abordando esta pergunta com a frieza necessária, teremos de reconhecer que este é, em larga medida, o século em que somos obrigados a realizar, obrigatoriamente, muitos dos desafios que começaram a ser delineados no século XX e que, por razões diversas, se mantêm como desafios não resolvidos.

Se é verdade que o digital e a inteligência artificial começam a ter uma importância crescente nos nossos quotidianos, seria um equívoco circunscrever os desafios educativos às exigências técnicas da sua utilização. Neste caso, e como sempre, a política não é um problema menor. Convém que não nos esqueçamos deste facto, para que não nos iludamos com os discursos que olham para a inteligência e a resiliência emocionais, ou para os milagres do coaching e do mindfulness, como as chaves da educação do futuro. A psicologização da vida é hoje um risco que, no caso da Escola, se afirma por via da despolíticação do currículo e da pedagogia. Um risco tanto maior quando a democracia tende a consolidar-se como regime político de baixa intensidade, no momento em que o agravamento das assimetrias sociais e económicas, quer no interior das sociedades quer entre os países, tende a ser ignorado como um problema que diz respeito ao modo como se concebe e define a gestão da vida em comum.

Problema complexo e exigente. De acordo com a situação sumariamente abordada, somos obrigados a pensar a Escola como uma realidade política bastante ampla, já que não se confina, apenas, ao domínio das responsabilidades dos aparelhos governativos. As dificuldades sentidas em transitar-se de uma Escola de elite de massas para uma Escola mais inclusiva, mostram que estamos perante um problema bem mais complexo e exigente.

A seleção académica, como crença matricial que continua a afirmar-se como obstáculo ao desenvolvimento de práticas de avaliação sujeitas a uma lógica formativa, exprime bem o que está em jogo. A cooperação entre pares como experiência periférica, que se enxerta em salas de aula subordinadas a uma organização competitiva das turmas, é o paliativo através do qual se tenta escamotear uma tal opção.

Finalmente, as dificuldades em assumir a literacia, a literacia científica ou a literacia estética, como objetivos educacionais prioritários é mais uma manifestação do autoritarismo epistemológico vigente do que um indicador da eventual incompetência dos professores e, por isso, um problema que não poderá continuar a ser invisibilizado.

A questão é que estamos perante um conjunto de situações que tem vindo a ser denunciado antes de tocarem as doze baladas com que iniciamos o século. Admite-se, apenas, que tais situações passaram a adquirir uma maior importância e uma outra urgência perante o mundo das inverdades, que à boleia das redes sociais se tem vindo a afirmar.

O que hoje sabemos é que o obscurantismo tem cada vez mais a ver com a iliteracia do que com o analfabetismo. Por isso, a pergunta que temos de fazer continua a ser a mesma de sempre. Como é que os tablets, os smartphones ou os computadores portáteis poderão ser utilizados nas salas de aula como instrumentos de ação cultural inclusiva e, por isso, como instrumentos de formação pessoal e social?

Tem de ser esta a questão que legitima que interpelemos os governos pelas medidas que deverão assumir, e não só no domínio das políticas educativas. Será essa a questão que terá de sustentar, também, uma reflexão séria e consequente sobre os projetos de formação inicial e contínua de professores, de forma a que se concretize o que se anuncia que esses projetos deverão ser.

Os chamados especialistas também não estão isentos de responsabilidade nesta matéria, devendo confrontar-se com a necessidade de participarem na construção de um tipo de conhecimento que não seja diletante nem ignore as dimensões mais amplas do que está em jogo, nem, finalmente, se aliene do modo como tem vindo a participar neste mesmo jogo. Essa deverá ser, igualmente, uma questão que diz respeito às lideranças das escolas, que terão de definir como objetivo institucional a necessidade de estimular e cuidar das condições que propiciem uma ação esclarecida dos atores que operam nos espaços escolares. Neste âmbito, resta-nos falar dos professores, que, em nome do seu prestígio profissional, não poderão continuar a refugiar-se numa estratégia de vitimização, quer porque os resultados desta estratégia os têm vindo a afetar negativamente, quer porque a proatividade de muitos docentes e o seu contributo educativo inestimável – mesmo em condições adversas e perante obstáculos diversos – não merecem esse tipo de rajadas nos pés.

Os desafios educativos, no que à Escola diz respeito, circunscrevem-se, em larga medida, à sua afirmação como espaço educativo preocupado com o desenvolvimento das literacias dos seus estudantes. Uma Escola que, por isso, contribua para que os alunos aprendam a pensar, a raciocinar crítica e criativamente, a trabalhar de forma cooperada, a participar na gestão das suas aprendizagens e dos quotidianos nas turmas, reconhecendo, assim, a importância dos outros na sua vida e de si na vida dos outros.

O que se pretende é que se comece por estabelecer uma relação mais inteligente e culturalmente plausível (por isso, mais rigorosa) com os saberes já estabelecidos. É essa relação que poderá contribuir para que as escolas se construam como oportunidades de desenvolvimento cognitivo, socioemocional, relacional e ético dos alunos que as habitam.

Necessitamos, enfim, de projetos de educação escolar mais abertos e mais exigentes ao nível da relação que estabelecemos com o mundo, de forma a contrariar a comodidade das visões paroquiais, lineares e pobres de que os ditadores – ou aqueles que o desejam ser – se servem para perseguirem os seus propósitos. Sem dúvida que a crescente importância do digital e da inteligência artificial irá afetar o cenário em que se desenrola o jogo, mas, mais do que isso, obriga a pensar para que serve uma Escola que gasta o essencial das suas energias a preparar estudantes para fazerem coisas que as máquinas já executam, ou irão executar, de forma cada vez mais célere e eficiente.

O debate sobre a distribuição equitativa das vacinas que nos imunizam face à covid-19 ou a reversão dos efeitos nefastos do nosso modo de desenvolvimento sobre o clima são dois modos eloquentes de ilustrar como o desenvolvimento da literacia e do cosmopolitismo político constituem, certamente, os desafios mais urgentes e complexos que temos de

enfrentar neste século em que vivemos. Tudo o resto só fará sentido se formos capazes de os entender como tal e de nos organizarmos, enquanto comunidade, para o fazer.

Ariana Cosme e Rui Trindade